



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília
Faculdade de Educação

**TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA DE UMA MULHER COM DEFICIÊNCIA
VISUAL NO BRASIL - ENTREVISTA NARRATIVA DE ANGELA**

THEO SIMÕES RODRIGUES

BRASÍLIA/2022



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE

THEO SIMÕES RODRIGUES

**TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA DE UMA MULHER COM DEFICIÊNCIA
VISUAL NO BRASIL - ENTREVISTA NARRATIVA DE ANGELA**

Trabalho Final de Curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Educação como exigência final para obtenção do título de Pedagogo.

Orientadora: Profa. Dra. Sinara Pollom Zardo

BRASÍLIA/2023

TERMO DE APROVAÇÃO

THEO SIMÕES RODRIGUES

TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA DE UMA MULHER COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL - ENTREVISTA NARRATIVA DE ANGELA

Trabalho Final de Curso submetido à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do grau de Pedagoga. Apresentação ocorrida em ___/___/2023.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Profa. Dra. Sinara Pollom Zardo (Orientadora)

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

BRASÍLIA/2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às minhas ancestrais, que lutaram para existirem e compartilharam as conquistas para tantas pessoas. Hoje é um dia de celebração, e celebro com vocês.

Sou o que sou porque nós somos, ubuntu

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à todas as mulheres que fizeram parte da minha vida. Agradeço à minha companheira, Denize, por ser uma pessoa que se propõe a dividir sua existência e partilhar os sonhos de uma revolução de nós mesmos com a sinceridade que precisamos ter para isso.

Agradeço à Professora Sinara Pollom Zardo por acreditar em uma pessoa que há muito descreditou de si. Hoje consigo perceber o quanto fui duro comigo mesmo, e só consigo passar deste momento graças à compreensão de que sou deficiente, e que não é o que sou, e ponto.

Mãe, seu filho está se formando. Sem você eu não existiria, e com você fui criança de brincar, de chorar, de ser acarinhado, e de ter a força necessária para superar as espirais que a vida nos coloca.

Às companheiras e companheiros do LDV Carol, Izabelly, Conceição, Alan, Raiany e Raiane, por todos ensinamentos que partilhamos em um Laboratório que luta para garantir os direitos de jovens e adultos com deficiência visual, a batalha segue sempre.

RESUMO

Esta pesquisa aborda a trajetória de vida de uma mulher com deficiência visual e as experiências de escolarização, trabalho e acessibilidade. Nascida nos anos 60, a participante da pesquisa foi diagnosticada com retinose pigmentar - doença genética que compromete a visão a médio e longo prazo - em sua adultez. O processo investigativo orientou-se pela pesquisa de abordagem qualitativa e utilizou como instrumento para a geração de dados entrevistas narrativas. A análise dos dados desvelou a trajetória de vida de uma pessoa de origem simples, que teve a experiência do trabalho desde a sua infância e que se muda para Brasília sem a família, na esperança de ter acesso à educação. Mesmo não concretizada a promessa de ingresso na escola, a participante acredita na educação como via transformativa da vida das pessoas. A condição de deficiente visual foi invisibilizada na sua infância; só na fase adulta que ocorre a descoberta. Esse evento muda sua vida de forma significativa utilizando seus recursos subjetivos, agora em diferentes direções e tem como consequência a busca de apoio especializado, a valorização da acessibilidade como condição para a participação social e a redefinição de seus planos e projetos de vida

Palavras-Chave: deficiência, gênero e geração

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Produção acadêmica identificada a partir dos descritores deficiência, gênero e geração na plataforma BDTD	21
Tabela 2 – Produção acadêmica identificada com os descritores deficiência, gênero e geração na plataforma Educ@ FCC	21

SUMÁRIO

PARTE I- MEMORIAL	10
PARTE II- MONOGRAFIA	16
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	24
CAPÍTULO 2	30
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	42

PARTE I

MEMORIAL

Existem processos que remetem às nossas vivências, nossos princípios e, sem dúvida, esse é um desses processos. Escrever este trabalho de conclusão de curso é uma síntese de anos que me levam a um fechamento de ciclo.

Minha primeira experiência educacional ocorreu na minha infância. Nasci em Taguatinga, em uma família onde a mãe é a chefe de uma família maior, onde as mulheres são chefes. Cedo tive que frequentar a creche para que minha mãe fosse trabalhar e estive com minha mãe em vários trabalhos extras para complementar a renda.

Na creche passei por um processo de alfabetização intenso. Como tenho Tremor Essencial (distúrbio neurológico), tenho dificuldade com tarefas que exigem algum grau de coordenação motora, e desde criança batalho com cadernos de caligrafia (a maior parte das vezes, fugindo deles para brincar, sozinho ou não). Escrevia com dificuldade, mas criava mundos, gostava de ouvir histórias (principalmente junto aos adultos do ambiente de trabalho que tinha acesso), contava as anedotas que ouvia.

Ao longo do Ensino Infantil e do Ensino Fundamental tive a sorte dos meus pais terem me matriculado na Escola Classe 304 Norte. Lá, tive um processo educacional nos moldes do planejado pela SEEDF. Lembro o nome das minhas professoras do meu Fundamental I: Lucimar, Graça, Áurea e Lúcia. Lembro da Dona Conceição da cantina e sua comida. Até hoje lembro da farofa com ovo com muito carinho. Lá brinquei, sonhei, compartilhei uma infância com colegas que partilhavam a alegria de sermos crianças plenas. Este momento foi sem dúvida minha melhor experiência com a educação enquanto estudante e me trouxe consciência sobre a diversidade que foi a fagulha para eu atentar para a perspectiva da Educação Inclusiva.

Os primeiros anos de escolarização foram, sem dúvida, uma referência para toda trajetória que não se encerra. Ao jogar o hoje, nos esforços para a retomada um processo educacional que não coloca o ensino da minha ancestralidade, acerto a criança que fui, e que celebro a minha infância e as infâncias que conseguimos partilhar sob diferentes vivências, mas que comungam uma educação pública de qualidade. São dessas vivências que consigo perceber o impacto do bullying e de um sistema que cria para as pessoas negras experiências de silenciamento.

A partir do Fundamental II fui para o ensino privado, onde fui numerado. Numerado porque a realidade de um jovem negro em uma escola particular cria um espaço de estranhamento. Estranhamento esse que está em toda estrutura de aparelhamento do Estado para afastar corpos não-brancos, não-homens e que fogem do padrão não-deficiente do espaço público (como postulado por Hannah Arendt). No meu primeiro quadro pela Polícia Militar no *Plano Piloto*, percebi que mesmo sendo o único sem nada a dever, era sempre o primeiro a ser questionado sobre” o que está fazendo em uma cidade que não é su

Sofri ao longo de anos *bullying* sistemático que me afastou da escola, o que fez de uma criança poeta um jovem que não escrevia absolutamente nada, com uma sensação que era frequentemente candidato a ser matável, longe de qualquer expectativa de compreender onde me identificava, o que me incentiva a pesquisar, trabalhar de fato. O sentimento muitas vezes era de que o problema estava comigo, e quanto mais eu me distanciava da escola, mais eu me identificava com o meu povo, minha raça. A partir deste distanciamento percebi não só que eu era negro, mas o que significava na sociedade ser negro.

Essa não-conformidade passiva, neste momento torna-se ativa. A partir dessa ruptura começo a trazer para minhas leituras e ações um posicionamento de um negro em posse de sua vontade de mudar, mesmo que muitas vezes sem a referência ou experiência necessária para compreender a sistemática de exclusão e a uniformização para o controle dos corpos.

No Ensino Médio, continuei na mesma escola que estudei o meu Fundamental II. Minha maior ruptura - na 8ª série- cheguei a trocar de turma. A exclusão que tive no Fundamental II se tornou uma dificuldade de socialização no Ensino Médio. No 1º ano, tinha poucos amigos e foram diminuindo ainda mais na escola.

Consegui amigos que me ajudaram muito na época e agradeço muito por ter conhecido pelo meu tio o escritor Ferréz e a Literatura Marginal, que me ajudaram a voltar a escrever.

Agradeço por ter tido a minha infância com meus amigos na Vila Planalto que mostraram a primeira vez *Racionais*, que me ensinaram que somente quem partilha comigo as dores estará comigo nos minhas alegrias.

Mesmo com dificuldades de aprendizagens e a não-conformidade com o ambiente da sala de aula, passei em Geografia em 2012 (depois do fim do meu Ensino Médio). A entrada no Ensino Superior foi bastante comemorada, mas nunca me trouxe o pertencimento e a

construção de um entendimento do que significa estar em um ambiente tão diametralmente oposto ao Ensino Médio. Não tive professores que realmente estiveram comigo quando precisava, não fui um estudante que consegui demonstrar meu real potencial, e hoje retorno com a sensação que os processos educacionais precisam repensar os jovens que estão saindo do Ensino Médio.

Estou concluindo meu curso. Não porque sou outro, não porque a Universidade é outra, mas porque mutuamente a nos movimentamos. Hoje sei que o problema não foi a Geografia, e que eu poderia sair do ensino superior com uma concepção de educação pautada em um abandono sistemático dos inaptos, em detrimento aos potenciais destaques. Mas preferi acreditar em outras possibilidades.

Vivi o mercado de trabalho para um jovem com ensino médio completo, fui cozinheiro, auxiliar de cozinha, atendente de telemarketing, caixa de restaurante e poderia citar mais algumas atividades. Essa experiência foi rica, conversei com pessoas diversas, conheci pessoas que me permitiram ampliar a percepção sobre o que é o processo de exclusão. Foucault chegou para mim com aquela introdução torturante de *Vigiar e Punir* (1987).

Fiz o vestibular para Pedagogia novamente porque queria mostrar para mim mesmo que o tempo nos refaz, que às vezes é necessário retornarmos para o começo, como nossos ancestrais nos ensinaram. A Pedagogia me escolheu durante minha trajetória, queria e quero fazer da minha experiência exceção e para isso precisava caminhar nos meandros da educação. Nela senti-me abraçado, por aqueles que foram abraçados por ela. Foi a Pedagogia que me trouxe de novo para a educação, e sem ela não teria nada.

Minha primeira aprovação no curso de Pedagogia foi no Instituto Federal de Brasília (IFB), em São Sebastião, no ano de 2018. Minha retomada na educação institucional foi em um espaço que me acolheu desde o princípio. Lembro que no nosso primeiro dia de aula tivemos uma recepção dos professores e dos veteranos em um auditório, onde cada veterano escolhia um calouro para entregar um livro (escolhido pelo próprio veterano). Creio que desde esse momento me senti acolhido, e cada dia vivido mostrou como os professores eram comprometidos. A integração que o IFB permite entre ensino superior e ensino médio foi benéfica para compartilhar experiências.

A educação inclusiva chegou como uma fonte de estudo na Pedagogia do IFB, através da Professora Simone Uler Lavorato, que desde o início abriu caminho para minha curiosidade e para minha profissionalização. A Professora lecionava a disciplina de Educação Inclusiva e era Coordenadora do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE). Ela tinha um viés muito prático para a solução do desafio que é ser um profissional situado nessa temática (que muitas vezes é esvaziada no lugar distante da sala de recursos). Ela se engajava ativamente em todas as situações envolvendo os estudantes, para solução dos desafios.

Lembro que a primeira vez que participei de uma atividade extraclasse com a Professora Simone foi para organizar uma palestra que uma estudante do curso de Letras (a minha grande amiga Kelly, com quem tenho uma enorme alegria de conviver), com paralisia cerebral, proferiu para as turmas de ensino médio sobre sua trajetória. Esta abordagem que afasta o discurso da competência (como preconizado pela Professora Marilena Chauí) chamou minha atenção. Como solucionar os problemas do Brasil profundo, o Brasil que abandona crianças e jovens à própria sorte, em uma dinâmica que fragiliza a conquista de autonomia dos vulneráveis institucionaliza os pretensos *normais*?

Durante minha vivência no IFB, quebrei dentro de mim a sensação de que a aprendizagem vinha de uma uniformidade, que dependia muito mais do estudante do que do professor. Aprendi a *práxis*, não mais o conceito esvaziado por trás de um discurso preso em ações ineficientes, ou inações de fato. Deste ponto, já não havia mais volta, e nada mais me impediria de acreditar no propósito da Educação, que me salvou, salvou outros e outras jovens do distanciamento dos seus respectivos potenciais.

Embora esses momentos tenham sido riquíssimos, e por si só se bastem, senti que precisava voltar à Universidade de Brasília (UnB). Não para provar absolutamente nada, mas para registrar que um estudante antes jubilado, que se sentiu distante daquele espaço, é plenamente capaz de ser um estudante ativo e participativo em seu processo educacional, mas que para isso o processo depende de inúmeros fatores, não podendo ser resumido à falta de vontade ou à não-aptidão em *ser estudante do ensino superior*. Prestei vestibular em 2019 para a Universidade de Brasília e fui aprovado em Pedagogia. Me matriculei na Faculdade de Educação e a quarentena foi imposta por conta da pandemia.

A COVID-19 foi uma doença que agravou profundamente a sensação de abandono para muitas pessoas, e eu não fui exceção. Eu e minha parceira tivemos um filho em maio de

2019, e sem o Rael e ela, dificilmente teria energia para terminar meu curso. Gostaria de me solidarizar com todos e todas que perderam parentes e que sofreram ao longo da pandemia, e destaco a força entre minhas pares e minhas/meus professoras/professores nos momentos em que precisamos nos organizar para fazer o ensino remoto dar certo.

A retomada presencial para a UnB foi um passo em busca de oportunidades e possibilidades para ampliar o meu conhecimento sobre a temática da Educação Inclusiva e, durante esse processo, conheci uma pessoa que revolucionou minha vida. A Professora Sinara Pollom Zardo representa a maior aproximação entre o meu profissional e meu acadêmico até hoje. Tive a disciplina de Educação Inclusiva com ela e pude perceber a perspectiva de gênero e raça interseccionados com a deficiência, e a importância do atravessamento dessas temáticas na luta pela garantia de direitos para pessoas negras, com deficiência, LBTQUIA+...

Após a disciplina, perguntei à professora se haveria algum espaço para continuar contribuindo para a Educação Inclusiva, compreendendo melhor também a abordagem feminista não só na Pedagogia, mas na pesquisa sobre Educação Inclusiva e em nossas vidas. Tudo isso pode partir de olhares incisivos sobre de como encaramos as crises do modo de produção no mundo e no dia a dia da contemporaneidade.

A Professora Sinara me apresentou o Laboratório de Apoio à Pessoa com Deficiência Visual (LDV). O LDV produz materiais em formato acessível (digital, áudio, braille e ampliado) para os estudantes com deficiência visual da UnB, além de prestar formação para voluntários, bolsistas e servidores sobre acessibilidade e inclusão. No LDV, fui bolsista por um semestre e voluntário em outro. Admiro as mulheres que conheci lá, porque a tarefa de organizar o material de diversas disciplinas requer um comprometimento e organização intenso. Lá conheci minhas parceiras de escrita de artigos: Izabely e Conceição e pessoas que me ajudaram muito no meu trajeto no LDV. Agradeço às minhas colegas, em sua ampla maioria, aos meus colegas, que fazem com muito profissionalismo um serviço tão importante e sem dúvida foram referência e serão pelo resto de minha vida.

Do LDV, fui convidado pela professora para um projeto de iniciação científica. Junto com minhas colegas, escrevemos dois artigos publicados no IX Congresso Brasileiro de Educação Especial (2021). No processo de elaboração dos artigos, as conversas que tive ao longo da escrita foram fundamentais para eu conseguir voltar a escrever, e hoje reflito o quanto o respeito ao processo criativo favorece ao indivíduo refletir sobre a sua trajetória com mais clareza. Por isso sinto a responsabilidade de trazer aqui a vida de uma pessoa que

percebe a si e à sua trajetória de vida: uma mulher forte como são as mulheres com quem vivi e com quem vivo. À elas entrego um texto que é de coração, escrito como minhas poesias, em segurança de que sou acompanhado por vocês, minhas ancestrais e parceira. Ao LDV, devo uma motivação. Durante a pandemia passei por um processo de crise que quase me afastou da Universidade e do ritmo de trabalho e o compromisso necessário para a realização desse projeto foi fundamental. Conheci mulheres comprometidas com uma pauta importante, que muitas vezes parece tão básica mas que é tão ignorada, deixada de lado.

Destaco, nos meus trechos finais, o motivo para a escolha do tema: escrever sobre uma mulher cega que perdeu a visão durante a vida adulta porque é a partir das mulheres que convivi que me percebi diverso. Foi através do feminismo que encontrei identidades de pessoas que fortalecem o movimento negro, o movimento inclusivo e o movimento LGBTQIA+. Minha mãe, minha orientadora, são revolucionárias como são e foram minhas avós, que tiraram as famílias da miséria e hoje não sou exceção entre os irmãos, primos e tios formados na faculdade. Nas redes em que lutamos, mantemos nossas origens, e nelas nos identificamos enquanto nós. A percepção sobre o social é fundamental e nela busco, através da ferramenta de registro desse relato, encontrar pontos de encontro em cada outro indivíduo que vive algo que encontra coincidências nesse relato.

Hoje, celebro momentos de muita alegria, meu filho de três anos já está começando a ficar mais pesado do que eu consigo carregar, comemoro passarmos saudáveis por uma pandemia que atropelou qualquer possibilidade de vivermos um momento ameno. Perdi amigos, colegas, professores. Mas celebro pela minha vida, pela vida de quem sobreviveu, e torço por dias melhores.

PARTE II

INTRODUÇÃO

Diante da temática escolhida – a trajetória de vida de uma mulher com cegueira e seu acesso à educação - e o desafio de empreender uma monografia que discuta o tema voltado à deficiência visual, é necessário perceber o comprometimento empreendido. O trabalho é o resultado de uma pesquisa carregada por gerações de estudiosos, que apresentam um posicionamento contra-hegemônico em sua concepção sobre deficiência, sociedade e desigualdade. Como dito por Diniz (2009), a ebulição dos movimentos sociais do século XX pelas pessoas com deficiência tiveram a confluência do movimento feminista, criando uma rede que intersecciona as individualidades e que se propõem a conviverem sob o princípio de respeito mútuo, lutando em conjunto pelos direitos dos excluídos. Para isso, o presente trabalho se propõe a utilizar o instrumento de pesquisa qualitativa, aplicando o método biográfico de Fritz Schütze (1983).

A deficiência acompanha o desenvolvimento histórico da sociedade e tem seu conceito percebido por cada indivíduo que a vive de maneira distinta. Na literatura especializada, duas perspectivas de compreensão da deficiência se destacam: a biomédica e a social.

Diniz (2009) define que, sob um conceito biomédico, a deficiência é um diagnóstico que gera uma barreira (ou impedimento), gerando uma relação de causalidade. A normalidade, pretensamente colocada nessa perspectiva como uma expectativa, coloca a deficiência como algo que foge do esperado. Como destacado: “(...) *Os impedimentos são significados como desvantagens naturais por ambientes sociais restritivos à participação plena, o que historicamente traduziu os impedimentos corporais como azar ou tragédia pessoal* (BARNES et al, 2002, p. 6)”.

Historicamente, o conceito biomédico foi considerado hegemônico durante anos a fio, sendo uma versão que substitui o *gap* conceitual que a história trouxe para a deficiência (sendo percebida em diversas comunidades como uma *maldição*, como uma *benção*, entre outras visões em diferentes percepções e vivências ao longo da história da humanidade). Quando percebemos essa conceituação e o que ela representa, podemos afirmar que houveram avanços históricos, movendo o Estado para a responsabilidade intrínseca em garantir tratamento, acompanhamento e lugares adequados para a reabilitação de deficiências diversas. Porém, tal conceituação foi ultrapassada por um modelo que advoga por uma percepção ampla, onde precebe-se a sociedade como responsável pelo impedimento de indivíduos, sendo a deficiência uma barreira fruto dessa relação desigual entre pessoas (abandonando a

conceituação diagnóstica de deficiência e abarcando as vulnerabilidades vividas além do olhar - muitas vezes enviesado - médico).

O modelo social de deficiência se constituiu na década de 1960 do século passado para repensar sobre os processos de tratamento de doenças e deficiências. O que antes era considerado um estigma passa a ser percebido como uma forma de diversidade, e aquilo que antes era visto como uma situação de um indivíduo, agora é percebido como uma sustentação histórica de barreiras de acessibilidade. Mello (2013, p. 638) aponta o tema da seguinte forma:

“De modo geral, o modelo social da deficiência, em oposição ao paradigma biomédico, não se foca nas limitações funcionais oriundas de deficiência nem propõe a ideia tão comumente aceita da necessidade de reparação/reabilitação do corpo deficiente, mas sim a concebe como o resultado das interações pessoais, ambientais e sociais da pessoa com seu entorno. Nesse sentido, as experiências de opressão vivenciadas pelas pessoas com deficiência não estão na lesão corporal, mas na estrutura social incapaz de responder à diversidade, à variação corporal humana.”

O marcador histórico com o arcabouço legal conquistado a partir da promulgação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas de 2006 trouxe um aprofundamento da perspectiva do modelo social de deficiência na defesa da inclusão social e educacional deste segmento. Segundo Alves e Zardo (2019, p. 141):

“A publicação da Convenção da ONU de 2006 e sua incorporação nos preceitos constitucionais brasileiros reconhecem a acessibilidade como categoria central nas políticas para as pessoas com deficiência e demanda a necessidade dos ambientes tornarem-se acessíveis para a participação de todos. Ao afirmar o modelo social de deficiência, a Convenção reconhece a complexidade dessa condição humana e denuncia a estrutura social que oprime estas pessoas.”

A Convenção da ONU de 2006 foi um marco histórico para a transição conceitual sobre a compreensão da deficiência e apresentou para os países signatários a demanda de reformulação das políticas sociais voltadas para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Importante destacar a recomendação de Diniz (2009, p.66 apud BARTON, 1998, p. 25 ; BARNES *et al*, 2002):

“O conceito de deficiência, segundo a Convenção, não deve ignorar os impedimentos e suas expressões, mas não se resume a sua catalogação. Essa redefinição da deficiência como uma combinação entre uma matriz biomédica, que cataloga os impedimentos corporais, e uma matriz de direitos humanos, que denuncia a opressão, não foi uma criação solitária da Organização das Nações Unidas. Durante mais de quatro décadas, o chamado modelo social da deficiência provocou o debate político e acadêmico internacional sobre a insuficiência do conceito biomédico de deficiência para a promoção da igualdade entre deficientes e não deficientes”

O conceito de deficiência, segundo a Convenção, consiste em “(...) um conceito em evolução em que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2007).

O reconhecimento da deficiência - partindo de histórias de vida e mobilização social de pessoas com deficiência e familiares - foi o que possibilitou a entrada de novas perspectivas em ambientes acadêmicos, em lugares de representatividade, e em políticas públicas inclusivas.

A segunda geração do modelo social de estudos sobre deficiência possui uma escola consolidada sob a perspectiva feminista, que aprofunda a temática em décadas de estudos que manifestam a contestação do impedimento dos corpos. O olhar passa a ser de mães, de mulheres que vivenciam ter seus corpos definidos como anormais. São as conquistas da sociedade engajada em luta constante que mobilizam entidades internacionais a atestarem a importância de novos olhares sobre os direitos sociais.

Segundo Clímaco (2020), as teóricas feministas possibilitaram uma abordagem que parte da história de vida de indivíduos que vivenciam as barreiras de acessibilidade, não mais em busca de *normalidade*, mas questionando o conceito materno intrínseco à existência, enquanto mulher, em *um papel de acarinhar* e cuidar, estendido ao cuidado de casa, ao cuidado de crianças e bebês. Quando é abordada a questão da deficiência, cabe à mulher, nesse conceito arcaico do cuidado, o papel de cuidadoras, e é deste lugar que muitas das teóricas saíram - de cuidadoras de filhos e indivíduos com deficiência - às profissionais de saúde, educadoras, mães e irmãs.

Fora a própria mudança de paradigma e modelo de deficiência, questiona-se o próprio conceito de independência. A visão moderna de gênero, mesmo com amplo debate e estudos

aprofundados sobre a luta feminista e a conquista de direitos das mulheres, ainda sofre com o reacionarismo e o machismo sistêmico no mundo. O gênero ainda é um fator preponderante nos espaços de diálogo voltados às políticas públicas, ao pertencimento dos espaços públicos e à divisão de tarefas em espaços privados.

Experienciar a deficiência visual é também perceber o impedimento do sentido visão. A visão é para a sociedade contemporânea um recurso do trabalhador, um meio para acessar determinadas comunicações ou até uma ferramenta para o dia-a-dia quando falamos de locomoção, por exemplo. Estar sem a visão, ou com o comprometimento a tal ponto que um óculos não permita a melhoria da acuidade visual, na perspectiva de uma sociedade que se sustenta na *normalidade*, é estar em incompletude.

Com a contemporaneidade, o entendimento de deficiência é amplo, porém a legislação vigente ainda está referenciada na perspectiva biomédica, não contemplando a funcionalidade da pessoa em interação com as barreiras sociais. A Portaria nº 3.128 de 24 de dezembro de 2008 do Ministério da Saúde define no segundo parágrafo do Artigo 1º a baixa visão e a cegueira:

“[...] quando o valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual é menor do que 20º no melhor olho com a melhor correção óptica (categorias 1 e 2 de graus de comprometimento visual do CID 10) e considera-se cegueira quando esses valores encontram-se abaixo de 0,05 ou o campo visual menor do que 10º (categorias 3, 4 e 5 do CID 10).”

De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, 3,4% da população brasileira experencia a deficiência visual, sendo a deficiência com maior incidência segundo o mesmo documento. Em um país continental com uma população com o maior impedimento sensorial sendo a visão, temos um contexto que demanda a ampliação de políticas de acessibilidade.

Considerando a relevância social da temática, buscou-se identificar a relevância acadêmica da mesma. Para isso, foi realizado o levantamento bibliográfico partindo dos seguintes descritores: geração, gênero e deficiência visual. As plataformas escolhidas para consulta foram a Educ@ FCC (Fundação Carlos Chagas) e a BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) do período de 2009 até 2022 - período inicial que corresponde à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2008). Das duas plataformas analisadas, foram achados quatro textos com os três descritores: dois

artigos da FCC publicados na Revista de Estudos Feministas e dois na plataforma da BDTD, conforme tabela abaixo:

Tabela 1. Produção acadêmica identificada a partir dos descritores *deficiência, gênero e geração* na plataforma BDTD:

INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS - Levantamento da produção do conhecimento										
Palavra-chave/descriptor gênero - deficiência visual - geração Tipo de produção: Artigos Banco de Dados: BDTD - https://btdt.ibict.br/ Periodicidade: 2009-2022 Responsável: Theo Simões Rodrigues										
Título	Autores (as)	Área de Conhecimento	Palavra-chave 1	Palavra-chave 2	Palavra-chave 3	Nome do Periódico	UF	Ano de Publicação	Resumo	Link para acesso
Arquiteturas de Hardware dedicadas de controladores nebulosos para Auxílio à locomoção de Deficientes Visuais	JESUS, Tiago Romeiro de	E engenharia Mecânica	deficiência visual	gênero	geração	Repositório Institucional da UnB	DF	2018	Este trabalho apresenta um sistema de auxílio à locomoção de deficientes visuais em ambientes fechados em formato de óculos.	https://repositorio.unb.br/handle/10451/30998
Disability and metaphor in the graphic memoir	DALMASO, Renata Lucreia	Inglês- Estudos Linguísticos e Literários	deficiência visual	gênero	geração	Repositório Institucional da UFSC	SC	2018	Esta pesquisa se concentra na representação de	https://repositorio.ufsc.br/ufsc/handle/123456789/100541

Fonte: BDTD (2023)

Tabela 2. Produção acadêmica identificada com os descritores *deficiência, gênero e geração* na plataforma Educ@ FCC:

INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS - Levantamento da produção do conhecimento										
Tipo de produção: Artigos Banco de Dados: Educ@ http://educa.fcc.org.br/ Periodicidade: 2009-2022 Responsável: Theo Simões Rodrigues										
Título	Autores (as)	Área de Conhecimento	Palavra-chave 1	Palavra-chave 2	Palavra-chave 3	Nome do Periódico	UF	Ano de Publicação	Resumo	Link para acesso
Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola.	Oltamari, Leandro Castro and Geiser, Marivete	Educação	deficiência visual	gênero	geração	Revista Estudos Feministas	SC	2019	O objetivo do trabalho foi o de identificar as contribuições do curso de Formação de Professores em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) para os profissionais da educação básica.	https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n357772
Gênero e deficiência: interseções e perspectivas.	Mello, Anahi Guadalupe de and Nuernberg, Adriano Henrique	Sociologia	deficiência visual	gênero	geração	Revista Estudos Feministas	SC	2012	(...) busca-se aqui avaliar algumas das possibilidades de análise de fenômenos sociais e culturais nas quais se considera oportuno o diálogo entre os estudos feministas e de gênero com o campo de estudos sobre deficiência	http://educa.fcc.org.br/revista.php?script=act_artigos/6.html-S010-4-02es.2012000300003&lang=pt&area=14

Fonte: Educ@ (2023)

A ausência de pesquisas que abordam a condição da deficiência a partir da trajetória de vida das mulheres justifica a escolha da temática da pesquisa e sua abordagem metodológica.

A pesquisa orientou-se pela abordagem qualitativa reconstitutiva proposta por Fritz Schütze (2011). Este autor demonstra o potencial da entrevista narrativa como possibilidade de diálogo entre atores sociais de diversos contextos, com o objetivo de perceber interseccionalidades a partir do levantamento de dados empíricos, fazendo de depoimentos e entrevistas mecanismos de pesquisa acadêmica com o aprofundamento teórico necessário.

A realização de entrevistas narrativas (SCHÜTZE, 1983) constitui-se como instrumento de pesquisa que possibilita reverberar vozes antes não ouvidas. Essa técnica renova os olhares da pesquisa qualitativa, uma vez que se propõe a estabelecer a partir de entrevistas, vozes, olhares de indivíduos viventes sobre aquilo que se objetiva destacar sobre suas vidas. Nesta perspectiva, é importante destacar Weller (2009, p.4):

“Além de enfatizar a importância de pesquisas voltadas para a reconstrução da perspectiva do indivíduo sobre a realidade social em que ele vive e que também é construída e modificada por ele, Schütze contribuiu significativamente para a retomada e ressignificação da pesquisa biográfica nas ciências sociais e na educação, direcionando a análise para as estruturas processuais dos cursos de vida, ou seja, para os elementos centrais que “moldam” as biografias e que são relevantes para a compreensão das posições e papéis ocupados pelos indivíduos na estrutura social.”

Portanto, os estudos e abordagens voltadas aos indivíduos vulnerabilizados reforçam não só a existência de diferenças, mas também a afirmação dessa diversidade, além da disponibilidade de comunicação em diferentes ambientes de fala, reforçando nesses diferentes segmentos novas formas de perceber e de lutar por esses espaços.

A estrutura da entrevista narrativa considera três aspectos em seu desenvolvimento: o indivíduo enquanto sujeito histórico, como produto da sociedade em que se encontra e, por isso, pertencente ao coletivo e atravessado por ele. Para que o entrevistado consiga expressar e através do seu relato de sua trajetória de vida, a entrevista é feita de forma semiestruturada, com o objetivo de trazer fluidez no relato, ao ponto de montar questões que se encerram a partir da conclusão da fala, ou caso haja necessidade de complementação, o entrevistador tenha liberdade de provocar ao entrevistado questões relevantes para a pesquisa.

Segundo Weller e Pfaff (2010), a estrutura da entrevista narrativa de Schütze é dividida em três partes: a narrativa autobiográfica central, que se propõe a realizar uma entrevista sobre a história de vida de um indivíduo, mantendo a narrativa intacta visando com que a pessoa conclua seu raciocínio sem a interrupção do pesquisador-entrevistador. A segunda etapa, o entrevistador inicia a indagar o entrevistado na intenção de encontrar

interseccionalidades nas falas do indivíduo, destacando trechos no depoimento do indivíduo que podem ter sido pouco aprofundados. A terceira etapa visa trazer para o depoimento perspectivas do entrevistado a partir do desenvolvimento argumentativo de sua história de vida (por que determinada situação se resultou de determinada maneira, qual a motivação de determinada situação), visando identificar percepções do próprio indivíduo em torno de sua existência.

A entrevista narrativa envolve, segundo Weller (2009, p.4), “(...) a análise das estruturas processuais dos cursos de vida” utilizando-se das etapas criadas por Fritz Schütze (2011, p. 213-215) para descrever, a partir do que também é chamada de narrativa improvisada, e que tem o objetivo de compreender contextos que constroem sua trajetória de vida. Para que isso seja possível, são descritas etapas de coleta de informações e escrita. São elas, sequencialmente, a *análise formal do texto*, a *descrição estrutural do conteúdo*, o *processo de abstração analítica*, a *análise do conhecimento*, a *comparação contrastiva*, e a *elaboração de um modelo teórico*.

O presente trabalho está estruturado em dois capítulos. No primeiro capítulo somos apresentados à trajetória biográfica da nossa entrevistada. No segundo capítulo aprofundamos a partir dos primeiros momentos de perda visual devido à retinose pigmentar e as observações acerca da deficiência em um contexto social, como mudanças no estilo de vida e a perspectiva da entrevistada sobre seu próprio processo de adaptação a partir das primeiras experiências de impedimentos ao longo da vida, quais foram os locais onde foram possíveis os ensinamentos, quais foram as situações de vivência de impedimento e em quais contextos houveram mudanças nessas vivências.

CAPÍTULO 1

No dia 06 de Dezembro de 2022 foi realizada a entrevista narrativa com a senhora Angela. Foi possível conviver com Angela pois convivi durante 10 anos com uma das filhas dela. Sua casa fica em uma zona urbana do Distrito Federal, onde reside junto com seu companheiro. Religiosa, ouve praticamente todos os dias as rádios católicas e tem em sua casa uma imagem de Jesus, alguns terços e um presépio em sua sala, com uma vela votiva - trocada sempre que acaba. A entrevista foi realizada à tarde, pois Angela estava realizando a rotina de seu dia - preparar café da manhã, almoço e arrumar a casa para suas sobrinhas - que moram próximas. Angela, que é uma cozinheira excepcional, preparou para o momento prévio da entrevista pão de queijo e café. A entrevista durou em torno de 30 minutos

Angela, mulher cega de 58 anos, é aposentada, mãe de três filhos e avó de três netos. Diagnosticada com retinose pigmentar no ano de 1994, Angela é uma mulher que tem sua trajetória de vida perpassada pela experiência de vir de Minas Gerais para o Distrito Federal. Sua narrativa retrata a experiência da infância, da juventude e de boa parte da adultez como vidente, assim como também contempla aspectos da vivência do período da ditadura e dos primeiros momentos de conquistas sociais, a partir da redemocratização.

Angela relata que aos 30 anos já teve ciência do seu diagnóstico de retinose pigmentar e começou a vivenciar a perda gradual da visão. Concursada pela Secretaria da Educação do Distrito Federal como auxiliar de serviços gerais, esta mulher tem muito mais a nos dizer sobre sua vida do que qualquer introdução de nossa autoria.

Este capítulo propõe apresentar a história de vida de Angela. Sua narrativa será interpretada a partir dos referenciais de Schütze (1983) e de autores que permitirão compreender os sentidos e significados relevantes na história de vida desta mulher com deficiência visual - cegueira.

O início da entrevista foi marcado pela seguinte pergunta: “Você poderia me contar sua história de vida?”. A entrevistada inicia sua narrativa destacando seu lugar de origem.

Ah, tá. Ué, minha história de vida é a é, nasci na roça, não é? Eu trabalhei muito na roça. E aí eu fui para a cidade pequena. Depois é de lá eu, eu vim para Brasília. Porque com nove anos eu vim embora pra Brasília. Com nove anos, já vim embora para Brasília, e a maior parte do tempo estou aqui. Mas minha vida foi bem complicada, não

foi fácil, né? Trabalhei de babá nas casas dos outros, porque para a pessoa dar o estudo e, no final das contas, não dá estudo nenhum. É tudo enganação. A dificuldade da gente ficar sem os pais. É muito triste, né? Porque é muito pequeno. Naquela época, é, eu acho que era escravidão das crianças, não é? Porque os pais tinham que entregar muito cedo, mas na esperança que fosse dar um estudo para os filhos. E nem tanto, é culpa deles que eles queriam o melhor, não é? E aí é isso, mas, minha vida foi essa. Então, a gente, o que a gente não teve, a gente quer dar para os filhos também, depois que tem filho, não é? E às vezes nem consegue dar tudo que a gente quer também porque não tem condições. Mais oportunidades também que a gente não tem tanto. E é isso.

Angela começa a contar sua história de vida destacando sua origem simples, com referência à “roça”, ou seja, a infância dela foi na zona rural de uma pequena cidade do interior de Minas Gerais. O êxodo do interior de Minas Gerais para Brasília, aos nove anos e sem a família, foi a intenção de seus pais em apresentar para Angela *melhores condições* de vida, mediante a possibilidade de acesso à escola. “Mas minha vida foi bem complicada, não foi fácil, né?” – esta observação objetiva destacar os desafios enfrentados pela entrevistada ao chegar em Brasília: o trabalho na casa dos outros, semelhante à escravidão, e a promessa de estudo não concretizada. Uma infância tolhida pelo trabalho precoce e o distanciamento dos pais evidenciam o sofrimento desta mulher.

Angela justifica a ação dos pais em entregar a filha aos cuidados de outra família, de Brasília, ao dar a seguinte explicação: “Porque os pais tinham que entregar muito cedo, mas na esperança que fosse dar um estudo para os filhos”. Essa justificativa parece aliviar a dor de Angela, que afirma não ser culpa dos seus pais os desafios por ela enfrentados na infância, mas das pessoas que prometeram oferecer condições para que ela estudasse e não cumpriram a promessa. “E aí é isso, mas, minha vida foi essa” – esta expressão apresenta uma síntese conclusiva da narrativa de sua trajetória de vida. Na sequência, Angela afirma o desejo de garantir aos filhos o que ela não teve, a exemplo do acesso à educação e melhores condições para uma vida digna.

Dando sequência ao seu depoimento, Angela relata como descobriu sua condição de pessoa cega. Seu relato coloca em questão o próprio processo de compreensão de quais seriam as razões para o diagnóstico da doença genética - retinose pigmentar- e um relato de um contexto familiar demonstra o aceitação de sua condição dentro um contexto estigmatizado por um ambiente religioso familiar do interior de Minas Gerais - onde haviam informações

escassas para o diagnóstico prévio e para o acolhimento de Angela, em sua condição de *criança*, em sua condição de *mulher* e em sua condição de pessoa com deficiência:

Bom, eu descobri assim, eu queria tirar minha carteira de motorista, já com certo tempo. E quando eu entrei na autoescola, é que eu fui descobrir. Aí o na eu passei no (teste) psicotécnico, na hora (que) chegou no exame de vista que eu fui fazer o teste. Aí ele (o profissional responsável pelo exame de vista) falou: não, você tem que procurar um oftalmologista adequado. Aí ele me encaminhou pro oftalmologista, comecei a fazer o exame, e aí esse médico começou a me pedir exame atrás de exame e aí no final ele disse: você tem uma doença, e que é genética, que é o retinose pigmentar. E que não tem cura e nem estacionamento. Isso aí foi muito triste para mim, porque eu jamais imaginaria que eu pudesse ter (alguma doença), adquirir o quê? Meus pais eram primos, mas eu poderia também ter pego lá da minha bisavó, tataravó, se fossem parentes. Mas os meus pais eram primos primeiro. E aí eu desenvolvi essa doença que é a retinose pigmentar que ainda não tem solução.

A vontade Angela em aprender a dirigir foi a motivação para fazer um exame, que possibilitou o diagnóstico de *retinose pigmentar*, uma doença que gradualmente faz com que a pessoa tenha perda gradual na visão. A Declaração de Salamanca (documento assinado em 1994 na Convenção da ONU na Espanha), coloca a integração social de pessoas com deficiência como uma das linhas de ação de políticas públicas. Mesmo buscando conceitos de igualdade para todos, a Declaração é um indicativo do olhar para pessoas com deficiência contemporâneo. Angela, como moradora do Distrito Federal, centro do Brasil, vive em um país que saiu da ditadura, que vivia uma fase de progressos na conquista de direitos à pessoa com deficiência.

Com o diagnóstico da deficiência, aos 30 anos, Angela já era mãe de dois filhos, trabalhava na Secretaria de Educação do Distrito Federal como Auxiliar de Serviços Gerais, teve um processo de escolarização que foi interrompida com uma realidade de trabalho abrupta desde a infância, além do próprio distanciamento com o núcleo familiar são integrados em um contexto de um Brasil de 1994.

Passado os tempos de ditadura, o Brasil vivia uma reestruturação das bases conceituais de direitos humanos que foi a Constituição Federal de 1988 que nos garantiu uma série de

direitos para pessoas com deficiência, como em seu artigo 24 que compete concorrentemente ao Estado, União, Municípios e Distrito Federal a *proteção* e a *integração* das pessoas com deficiência.

Questionada sobre como é ser uma mulher cega na sociedade atual, Angela afirma:

Eu acho que tem muita discriminação, entendeu? A gente não enxergar, as pessoas falam: ah não, é incluso na sociedade, é não sei o quê, mas não. A gente só se sente bem no meio dos cegos. Quando você vai numa festa que é festa de cego, que tem só cego, que tem gente que vidente também, né? Que tem gente que enxerga, mas a maioria para o cego. A gente se sente mais à vontade, se sente melhor. Porque a gente, acho que, por mais que as pessoas e sejam agradáveis com você, seja isso ou aquilo, mas a gente sente que é um pouco deixado de lado, entendeu?

Na sequência do diálogo, foi apresentada para Angela a seguinte pergunta: “E como você descobriu sua condição de pessoa cega?”.

Bom, eu descobri assim, eu queria tirar minha carteira de motorista, já com certo tempo. E quando eu entrei na autoescola, é que eu fui descobrir. Aí o na eu passei no (teste) psicotécnico, na hora (que) chegou no exame de vista que eu fui fazer o teste. Aí ele (o profissional responsável pelo exame de vista) falou: não, você tem que procurar um oftalmologista adequado. Aí ele me encaminhou pro oftalmologista, comecei a fazer o exame, e aí esse médico começou a me pedir exame atrás de exame e aí no final ele disse: vocês têm uma doença, e que é genética, que é retinose pigmentar. E que não tem cura e nem estacionamento. Isso aí foi muito triste para mim, porque eu jamais imaginaria que eu pudesse ter (alguma doença), adquirir o quê? Meus pais eram primos, mas eu poderia também ter pego lá da minha bisavó, tataravó, se fossem parentes. Mas os meus pais eram primos primeiro. E aí eu desenvolvi essa doença que é a retinose pigmentar que ainda não tem solução.

O entendimento da descoberta da deficiência de Angela é vinculado ao diagnóstico recebido aos 30 anos de idade de uma condição que esteve em sua vida desde a infância, reforçando a concepção biomédica de deficiência ainda hoje difundida (mesmo que desde a década de 1960 contestada pela concepção social de deficiência). Essa percepção vincula a deficiência ao estigma, procurando nos indivíduos uma expectativa de recuperação e mantém as pessoas com deficiência(s) ou doença(s) de comprometimento permanente em um discurso que não traz novas perspectivas e invisibiliza uma parcela significativa dessa população, além de invisibilizar a intersecção de outros comprometimentos que não vinculados ao diagnóstico,

como condição de classe, gênero, orientação sexual, e outros elementos que também trazem barreiras relevantes na vida desses indivíduos.

Para contemplarmos a importância do diagnóstico, mas ao mesmo tempo como o modelo biomédico torna a experiência de uma pessoa com deficiência limitadora, DINIZ (2009) destaca a importância da responsabilização de um processo de socialização que não inclui, de uma sociedade que desprestigia indivíduos que não sejam *independentes* (com todo o reflexo e subjetividade de sermos de fato independentes), e que silenciar um indivíduo não pode mais ser a alternativa para uma sociedade que precisa de todos para continuar em funcionamento. A pergunta é: onde não há recuperação?

Com a chegada de uma definição que engloba os indivíduos em sua integralidade, percebendo cada pessoa em sua individualidade, conseguimos contemplar mais pessoas no coletivo de indivíduos, possibilitando que novas perspectivas de protagonismo existam a partir da deficiência e sua positivação, e não seu diagnóstico e subjetivação enquanto indivíduo *incompleto* ou *anormal*.

O Estado possuía nos anos da infância e da adolescência de Angela a responsabilidade de prover para Angela um acompanhamento adequado. A ausência de iniciativa da família em reconhecer a deficiência também fez com que Angela crescesse em uma experiência de ausência de acessibilidade e de percepção de pertencimento de sua deficiência. Como destacado por DINIZ (2009), a percepção do drama familiar ainda é um fator corriqueiro, em uma região interiorana onde o acesso à informação é limitado, Angela vivia a ausência de políticas públicas inclusivas em uma década onde o setor privado participou diretamente dessa seara, com fomento público.

A década de 1960 foi marcada por conquistas estratégicas para as pessoas com deficiência em diversos aspectos no Brasil (oriundo de organizações, institutos e coletivos de famílias de pessoas com deficiência com movimentações que sensibilizaram a sociedade civil). Institutos como o Pestalozzi e a APAE foram fundamentais para esse processo histórico, o que, no entanto, não conseguiu atingir o contexto de uma criança com deficiência visual no interior de Minas Gerais, destacando a importância da ação direta do Estado na efetivação do direito à acessibilidade. Desde seus princípios, e mais apontados a partir da ampliação de olhares voltados para a inclusão, institutos como os citados foram importantes meios de efetivação da ação do Estado com viés assistencialista, aprofundando a campanha de institucionalização da saúde de pessoas com deficiência através do impedimento dos corpos.

Então, Angela aborda sobre como foi a transformação a partir do diagnóstico de cegueira:

A minha vida transformou assim, que ele (o oftalmologista) não me falou adequadamente na época. Ele não falou assim: você, de hoje em diante, você tem que ter outro tipo de vida para futuramente estar preparada para enfrentar (a cegueira). Poderia eu ficar cega imediato ou prolongar mais a cegueira com certa idade. Mas aí a minha vida eu continuei levando (a vida) normalmente, mas a tristeza que um dia eu poderia não enxergar mais. Mas a minha vida eu fui levando até enquanto eu dei conta de andar sozinha, de ônibus, fazer resolver minhas coisas sozinha. Até um determinado tempo que eu não tive, como é andar mais só. Que eu admiro muito, né? Fui pra escolinha (CEEDV), mas não tive oportunidade de ficar muito tempo, mas depois de muito tempo que eu procurei escolinha. E é isso.

Temos neste momento a perspectiva de superação de uma condição estigmatizada para então a percepção de multitudes de individualidades que retiram o rótulo de uma mulher que sequer aborda sua deficiência para o convívio com outras pessoas com Deficiência Visual e Deficiências Múltiplas. Neste momento, Angela percebe suas barreiras, percebe a exclusão não por sua deficiência, mas pela falta de aparelhos que permitam sua inclusão. Temos o depoimento de uma mulher adulta que abandonou a escolarização por desestímulo e que recupera sua vontade de retomar a aprendizagem.

O Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais, como abordado por JESUS: “(...) é a única instituição educacional do DF e entorno que desenvolve um trabalho voltado para estudantes cegos, surdocegos e com baixa visão” (p.23). Essa integração, e esse lugar que compartilha existências possibilitou à Angela um recomeço. Do acompanhamento médico (relativo e breve) até o acolhimento do CEEDV (tardio) e à própria forma como a família encarou a infância de Angela, demonstram as barreiras enfrentadas ao longo da vida de uma mulher com deficiência visual, trabalhadora, que viveu em períodos de mudanças fundamentais para conquista de direitos, e que viveu a ausência de efetivação de políticas há muito conquistadas.

Capítulo 2

Ao longo da entrevista, Angela fez alguns apontamentos sobre seu processo de escolarização. Porém, aqui, indagada especificamente sobre como foi sua experiência na escola, Angela aborda a temática da seguinte maneira:

A na escola é isso, desde o começo, porque essa doença você já nasce com ela que ela é genética. Na escola, a gente já começa a sentir a dificuldade de ver no quadro, de ler as coisas que a letra for muito pequena, aí você fica com vergonha de falar coisas que você não vê direito, porque naquela época, ainda não sabia nem respeito dessa doença, não é? As pessoas ainda não. Não eram cientes do que poderia ser, mas aí a gente fica com vergonha que, quando criança você sente vergonha das coisas e não fala, né? Mas a dificuldade é muito grande você ler, ver no quadro e desenvolver as coisas é mais complicado. Se você não escrever de acordo que vê, com a letra maior. O lápis, por exemplo, você escrever de lápis, é muito ruim. Você não vê muito bem. E a dificuldade foi essa, então você vai pegando, você vai perdendo o gosto de querer estudar, né? Mas é isso, a oportunidade que não tem muito, não é? Aí a gente junta tudo.

A inclusão é, antes de tudo, uma forma de se perceber no mundo. Perceber o outro é o passo resultado de um desencadeamento de se perceber em um contexto de rede. As conexões que se interligam na história de vida de cada indivíduo são interações que se relacionam com as histórias de vidas de outras pessoas.

As dimensões *arquitetônica* e *metodológica* abordadas por Sasaki (2009) são complexidades que a estrutura escolar é indagada constantemente e reiteradamente ignorada. Toda a questão sobre a estrutura física, a forma com que cada estudante é tratado, a *vergonha* que Angela diz reforça a faceta opressiva da escola e a dificuldade de uma perspectiva *inclusiva* na escola, uma vez que o objetivo da escola é normalizar indivíduos.

Para a possibilidade de comparação histórica, segue o relato de uma informante residente do Maranhão, e que experienciou a educação dos anos 1960, entrevistada por ZARDO (2012, p. 208):

“É importante elucidar a diferença entre educação especial e educação inclusiva. A educação especial se refere a uma modalidade que é transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Já a educação inclusiva, é um movimento que defende o direito de todos terem acesso à educação, tendo as suas diferenças respeitadas.”

Angela percebe a *exclusão* escolar como uma situação de abandono. A escola em sua totalidade não percebeu ou se omitiu acerca da barreira de acessibilidade, não buscou suporte para uma criança que tinha dificuldade de escrever a lápis porque tinha dificuldade de enxergar. Sobre qual teria sido a contribuição da escola em sua vida, Angela afirma:

Ah nesse aspecto, de eu enxergar? Nada, é porque a escola na época minha nunca propôs perguntar, sabe, você não está vendo? Por que que você está querendo sentar perto do quadro? Porque hoje em dia sim, quando a criança começa a querer sentar perto do quadro, falar que não está vendo o quadro, já tem aquela preocupação do professor encaminhar para algum atendimento, para ver se a pessoa, se a criança tem um problema de vista. Aí na minha época, não tem isso, não teve nenhum apoio da escola sobre isso.

É importante destacar neste ponto que a ausência do diagnóstico para uma criança com deficiência naquela época representava um risco de abandono escolar, uma vez que a regulação de serviços voltados à assistência de pessoas com deficiência era feita por instituições privadas. MENDES (2010, p.100) observa: “(...)A rede de serviços era basicamente composta por classes especiais nas escolas regulares (74%), a maioria delas em

escolas estaduais (71%). As instituições especializadas compunham cerca de um quarto dos serviços e eram predominantemente (80%) de natureza privada.”

Entre os anos 60, a responsabilidade de promover o apoio para crianças com deficiência era predominantemente realizada pela iniciativa privada através do incentivo público. A Lei 4.024, de Dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seu Título X, propõe dois artigos, nos quais coloca o ideal de enquadramento do estudante com deficiência ao sistema geral de educação, e o provimento de recursos por parte do Estado para a iniciativa privada no intuito de disponibilizar “bolsas de estudo, empréstimos e subvenções” (BRASIL, 1961). A iniciativa privada demonstra-se insuficiente para atender a demandas de Angela, no sentido de identificar a fonte da dificuldade de leitura, no sentido de financiar, nas escolas regulares, profissionais capacitados para identificação dessas demandas.

Sobre os serviços ou redes de apoio que você buscou a partir da descoberta da condição de deficiência, Angela observa:

O apoio assim, a respeito, eu não procurei nada porque foi falta de experiência, a minha também, como eu já trabalhava na Rede, na Fundação Educacional, como Auxiliar de Conservação, mas eu não tive aquela oportunidade nem um apoio de ninguém para me instruir melhor para mim procurar algo que eu pudesse me desenvolver naquilo que eu pudesse trabalhar. Que era um desvio de função ou que eu procurasse me profissionalizar em alguma coisa que eu desse conta. inclusive eu, até fiz o curso da PABX. Que tem para poder trocar de função, mas não tive apoio de ninguém. E inclusive, na época que (eu) poderia trocar de função, foi na época, o Collor assumiu e suspendeu tudo também, desativou tudo e se quisesse entrar naquilo (na nova função), eu teria que fazer outro novo concurso, não é? Então eu acabei nem procurando me profissionalizar mais, nem alguma coisa. Mas aí resolveu o que? A única solução que me deram é que eu aposentasse.

Quando percebemos a ausência de diálogo adequado, mesmo em um contexto mais recente de inclusão da pessoa com deficiência, ainda é recorrente uma perspectiva biomédica.

No momento que Angela foi diagnosticada, ela relata a mudança de tratamento. Mesmo sendo uma mulher que mantinha sua vida, seus estudos e trabalho como uma pessoa vidente, no momento que constatou o que há muito se vivia, teve sua aposentadoria decretada sob a justificativa que não conseguiria exercer seu serviço de maneira *produtiva*, demonstrando que mesmo em um contexto onde o modelo de deficiência havia sido colocado em cheque, ainda existem preconceitos infundados de que a pessoa com deficiência não conseguiria se adaptar ao trabalho, onde na verdade o trabalho precisa se adaptar à pessoa, com ou sem deficiência, em sua demanda por acessibilidade. Quando recorremos à literatura acerca desse viés, podemos encontrar em ZARDO (2020):

“A perspectiva positivista, para além de tratar juventude e deficiência sob a ótica biologizante, ou seja, a juventude como etapa cronológica da vida das pessoas e a deficiência como consequência de uma lesão, também não considera a intersecção entre estas dimensões como elemento constituinte das trajetórias e das identidades das pessoas.” (p.21)

A entrevista possibilitou à Angela rever o momento onde aborda o apoio que obteve da iniciativa privada e iniciativa pública a partir de seu diagnóstico, no sentido do apoio de serviços de assistência social e de saúde:

Assim eu tive, eu tive o apoio sim, me encaminharam para um atendimento que, agora eu não me lembro, como é que era o nome. Na Asa Sul, que tinham um centro, lá era um atendimento de apoio para quem tem esses problemas de doença. E que tem até pessoas, médicos do estrangeiro que vinham atender lá, é junto com o pessoal da daquela, do HOB, que é a central apoio oftalmológico da L2 sul. Aí eu fui atendida lá nesse espaço. Lá Vera Cruz, um negócio assim. E aí foi minha amiga que tinha uma colega que trabalhava lá e ela conseguiu uma consulta pra mim lá nesse local. E aí eu fui muito bem atendida, muito bem recebida e eles fizeram todo tipo de exame, encaminhou para todos os exames, inclusive eu estava com catarata. Eles me encaminharam para fazer a cirurgia de catarata, fiz em

um olho, depois fiz no outro, que ele (o médico) falou que eu poderia ficar cega mais rápido se eu não tirasse, não é? Aí eu fiz a cirurgia nos dois olhos, mas não vi muita diferença. Agora ele (o médico) falou, (que) eu não ia ver tanta diferença. O negócio é para não prolongar mais a seguir. Que junto com a retinose eu ia ficar cega muito mais rápido. Mas eu tive esse atendimento muito bom. Que hoje em dia não tem mais.

Quando temos a faceta de acessibilidade *programática* vista unicamente sob a perspectiva médica e sob a regulação do setor privado, podemos experienciar a fragilidade no que se refere à continuação do processo de inclusão que leve em conta todos os níveis de acessibilidade. Angela relata que o atendimento que teve foi unicamente para atestar a deficiência e relata inclusive o fato de *ter sido muito bem tratada*.

A Constituição cidadã de 1988 coloca sob responsabilidade do Estado garantir uma série de mecanismos de fiscalização e enuncia os direitos das pessoas com deficiência. SILVA (2022) aborda principalmente a questão de acesso igualitário ao acesso e permanência na escola, ao atendimento especializado, além da mudança de priorização do atendimento no setor privado para a rede de ensino regular, apesar disso, Angela foi atendida em um hospital particular. Mesmo como funcionária da Secretaria de Educação do Distrito Federal, não foi orientada profissionalmente sobre o exercício de sua função como pessoa com baixa visão, muito menos como pessoa cega.

Angela aborda sobre sua experiência como funcionária da SEEDF, mas não cita sua retomada aos estudos. Frequentadora do CEEDV (onde cursou durante alguns anos aulas de *Mobilidade, Braille e Soroban*), ela percebeu uma ponte entre seu processo de adaptação à realidade de mulher com deficiência. Sobre sua experiência, Angela diz que:

O CEEDV é uma escola muito boa. Que ajuda muito o pessoal lá tem muita paciência com a gente, é muito agradável. E eles também dão todo o apoio para a gente. E o que eles podem fazer, eles fazem e se eu tivesse descoberto essa escola antes de eu me aposentar e eu jamais teria me aposentado. Mas é uma escola muito boa, você aprende, (eles) têm muita paciência de

ensinar, de ajudar a gente em todos os aspectos, entendeu? Então eu gosto, gostei muito de lá e pretendo voltar, né, pra continuar.

Angela cita o CEEDV, que é um Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais. É um espaço de contraturno para jovens e adultos com deficiência visual, e visa complementar as necessidades educacionais específicas no desenvolvimento e na promoção de acessibilidade. Esse atendimento é particular nesse caso, mas tem um caráter de acompanhamento, assim como as salas de recurso multifuncionais (atendendo DVs e Pessoas com Deficiências múltiplas - sendo uma delas DV). Nesse sentido, GOMES (2010) aborda essa temática da seguinte maneira:

“O acompanhamento implica, necessariamente, na elaboração de um plano de atendimento educacional especializado. Esse plano consiste na previsão de atividades que devem ser realizadas com o aluno na sala de recurso multifuncional. O acompanhamento prevê a articulação do professor do AEE com outros profissionais que possam dar suporte às necessidades específicas desses alunos. Prevê, também, a articulação com a família no sentido de construir as condições propícias ao desenvolvimento e aprendizagem. O acompanhamento implica na necessidade de avaliação permanente da evolução do aluno nos diferentes espaços educacionais e no redimensionamento do plano do AEE” (p.14-15)

Nesse sentido, Angela elabora uma relação positiva com o espaço que a acolheu e que o atendimento poderia ter sido decisivo para as escolhas de sua trajetória de vida, reforçando o tempo em que Angela decidiu sua aposentadoria e o arrependimento da escolha, por falta de orientação.

Em relação aos recursos de acessibilidade, Angela afirma que suas *descobertas* fundamentais na conquista de autonomia estão associadas à sua rotina:

Eu ainda acho que, assim, as minhas técnicas, que eu vou descobrindo, aos poucos. Porque a cada dia que você vai vivendo, você vai descobrindo que você dá conta de fazer. Por exemplo, eu vou na cozinha, eu vou fazer um café. eu estendo um pano branco em cima da

minha pia porque ela é escura para poder eu ver melhor. A coisa é, a gente vai procurando as coisas assim para andar dentro de casa, você vai passar a mão para poder ver onde está a porta que as vezes, até na pressa, achando que tá vendo, você se bate nas coisas, né? Aí com a mão a gente vai colocando na frente pra poder você achar onde é a parede, onde é a porta. Que às vezes ainda acontece de bater nas coisas dentro de sua casa. Agora na rua, é que eu saio muito pouco. Mas o pouco que eu saio, eu sempre saio acompanhada com alguém. E a bengala, eu ainda não estou usando porque eu ainda estou muito restrita com a bengala parece que eu não estou aceitando, né? E ainda não tem apoio da família para poder dizer: não, você está comigo, mas usa bengala, né? Pode usar, eu acho que, já vem da família não aceitar bengala, junta comigo que ainda estou resistente, não é? Aí fica mais difícil.

Angela aborda um dos eixos no processo de adaptação da pessoa com deficiência: *a família*. Segundo Guimarães (2008), no contexto familiar construído ao longo de séculos, coube à mulher o ato de cuidar, de acarinhar. Em uma família em que Angela viveu sua infância, por exemplo, uma mãe teria o papel de cuidar do indivíduo com deficiência. Ao longo dos anos, Angela deixou sua infância, trabalhou ao longo de décadas distante da família, construiu família como vidente. Em um contexto onde a mãe de crianças foi diagnosticada com deficiência, o outro adulto próximo seria seu companheiro, porém, são as filhas de Angela que ficaram com a maior parte das responsabilidades de acompanhá-la em suas rotinas, quanto solicitadas. Com filhas ainda muito jovens, a ausência de orientação para sua família foi decisiva para que sua conquista de mobilidade seja limitada ao contexto doméstico. Como suas filhas tornaram-se adultas com suas respectivas famílias, Angela ainda sente que sua família ainda necessita de orientação sobre o uso da bengala - elemento básico para conquista de mobilidade em ambientes externos sem acompanhamento de outra pessoa.

O dia a dia de Angela é, no contexto de mobilidade reduzida, uma rotina doméstica. Seu relato demonstra que sua rotina em casa já é adaptada na condição pessoa cega (mesmo que poucos ou nenhum tipo de adaptação arquitetônica):

Eu acordo de manhã, faço minhas coisas, já vou fazer meu café, né? Tomo o café da manhã, depois eu já vou arrumar minhas coisas, que eu sou uma pessoa que eu não gosto de ficar quieta, parada. Eu gosto de arrumar minhas, coisas como passar pano na casa, do meu jeito, mas eu passo. Eu gosto de limpar minhas coisas, eu gosto de lavar minhas roupas. Da maneira que eu dou conta, não é? Não digo que eu sou perfeita, porque não tem como a gente que não enxerga é tão perfeito, mas faço o almoço e limpo as coisas assim, meu dia a dia é bem, movimentado, faço minhas coisas do jeito que eu dou conta e vou fazendo, eu nunca desisto de fazer. Porque a melhor coisa é você não desistir, saber que você é útil, não é para tudo.

WELLER e ZARDO (2013) auxiliam na compreensão sobre o que se dá a partir da escolha de uma entrevista narrativa para a compreensão do indivíduo não com um olhar que esvazia o sujeito em conceitos determinantes. Pelo contrário, a partir do relato de sua trajetória de vida, é possível aprofundar o próprio conceito identidade e convida ao entrevistador e aos leitores uma busca por uma intersubjetividade, e cria um elo entre os viventes, de tal forma que o olhar individualizado não reforça as diferenças, mas as semelhanças dos caminhos, das escolhas, dos resultados da cada pessoa em relação à outra. Angela relata em sua rotina a vontade de maior autonomia. Em sua rotina corrida de demandas domésticas, busca autonomia em praticamente tudo que faz e, em determinado momento, cita que *não é perfeita* e que *você é útil, não é pra tudo*.

Sua observação parte de uma compreensão de incompletude, podendo partir de um contexto de geral como indivíduos, mas em um contexto específico da pessoa com deficiência, possibilita reforçar na vivência de Angela a carga de responsabilidade em torno dela. Como mãe de família, trabalhadora, Angela criou seus três filhos como vidente e trabalhou como vidente. Quando diagnosticada com retinose pigmentar, não recebeu orientação adequada sobre o processo de adaptação à realidade como uma mulher com deficiência. Ao contrário, em seu trabalho foi orientada a se aposentar pois não se adaptaria às demandas de seu trabalho. Para seu contexto e sua trajetória de vida a partir do diagnóstico até boa parte de sua adultez, ela se tornou *incompleta*. Segundo SOUSA e ZARDO (2012):

“A compreensão dessas premissas, no contexto de elaboração das políticas de direitos humanos, requer a promoção de um diálogo intercultural sobre a dignidade humana, com base na valorização dos elementos locais, interpretados pela via de uma hermenêutica diatópica. A hermenêutica diatópica parte do pressuposto da incompletude dos sentidos culturais desenvolvidos no âmago dos diferentes grupos e das culturas a que pertencem.”

Durante a entrevista, o entardecer fez com que a entrevistada pedisse para irmos para um outro cômodo de sua casa, onde seria melhor a iluminação. Para a pessoa com deficiência visual, a presença de luz pode possibilitar algum grau de melhora na mobilidade, e foi possível a partir do episódio indagar à Angela sobre a mudança de sua rotina do dia pra noite:

*Durante o dia eu enxergo, dá pra me ver um pouco melhor. Agora à noite, chega 6 horas, eu mesmo fico restrita porque eu já sinto que eu não estou vendo quase nada. É a noite minha *murchidão*. É como se aí, eu não gosto de fazer muita coisa à noite, justamente por eu não dar conta de fazer mesmo. Que eu, sinto muito. Mas eu tomo banho no escuro, e vou ao banheiro no escuro. Eu entro dentro do quarto, no escuro, porque eu aprendi muito isso, já está de noite mesmo, já não estou vendo, então eu já estou acostumada a fazer muitas coisas no escuro de noite.*

Em seu depoimento, Angela demonstra que o avanço de sua doença mudou sua rotina à noite. Para uma pessoa agitada durante o dia, com a redução em sua mobilidade (ainda maior do que já havia durante o dia), Angela afirma que a noite é sua *murchidão*. Aqui, destaca-se o potencial interventivo à realidade do sujeito a partir de uma situação não desejável - em suas definidas proporcionalidades. SHÜTZE (2013, p. 216) propõe a situação da seguinte maneira:

“Isto não deve ser entendido como se o portador da biografia tivesse de percorrer todas essas etapas, na medida em que a trajetória é posta em andamento. No entanto, para cada etapa que o mecanismo de trajetória põe termo, são necessárias atividades especiais do

portador da biografia, processadores especiais de trajetória, respectivamente, de terceiros da trajetória (parentes, amigos, e assim por diante) (...). Cada uma dessas transformações (...) da trajetória traz consigo custos sociais especiais para o indivíduo em questão e para os agentes do processo de transformação." (p.216)

Todo o futuro que está pela frente de cada indivíduo sob diferentes interferências como está disponível de sua fala seu passado sob diferentes formas, valorizadas a partir a entrevista narrativa. Podemos projetar o olhar de Angela para seu próprio futuro:

Ah, o meu projeto de vida no futuro é que eu queria voltar pra escolinha, continuar lá na escolinha para ver o que eu poderia melhorar no meu, na minha convivência, sim, no meu dia a dia de vida, né? E também é... Eu, eu, ter mais contato com as pessoas que têm o mesmo problema do meu, né? E a gente, passear, né? Fazer as coisas porque a vontade que eu tenho é isso, é ir pra academia, é passear, viajar. Enquanto eu estou na, estou vendo um pouquinho, mas assim, às vezes eu penso que quando eu não enxergar mais, eu acho que eu não vou querer sair para canto nenhum.

Angela ainda enxerga vultos e gradações de luminosidade. Seu sonho é aproveitar o que resta de sua visão para conhecer outros lugares. Com boa parte da vida dedicada ao trabalho e outra parte considerável aos filhos e companheiro, Angela está em um ciclo de autoconhecimento que foi possível através de sua vivência, não mais como uma estigmatização de sua condição enquanto indivíduo e seus atravessamentos como mulher com deficiência. Seus potenciais são infinitos, e no que depender dela, acontecerá.

Em suas considerações finais, Angela se volta ao seu sonho:

Eu acho que do jeito que eu falei, não é? Sonho todo mundo tem de voltar a estudar; eu tinha, né? Vontade de voltar a estudar, de querer mais alguma coisa na minha vida, mas acho que tá bom assim.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Weller e Zardo (2013), os estudos sociológicos e a aproximação das pesquisas nas correntes fenomenológicas agregam ao âmbito acadêmico um olhar onde coloca o ser em evidência e abandona abordagens que cristalizam a identidade de determinado sujeito à sua condição enquanto sujeito.

A entrevista narrativa foi desenvolvida por Fritz Shütze nos anos 70, com intuito de compreender a partir de relatos dos indivíduos aspectos intersubjetivos em torno de sua trajetória de vida. O depoimento escolhido para coleta foi de Angela, uma mulher diagnosticada em sua adultez com retinose pigmentar, uma doença degenerativa que compromete ao longo do tempo a visão da pessoa diagnosticada. Atualmente com sua visão comprometida ao ponto de ser diagnosticada com cegueira, Angela é uma mulher que apresenta uma espiral que gerou a necessidade de mobilização na vida dela que convida aos leitores e ao entrevistador a visitar nossa intersubjetividade.

Foi coletado um depoimento partindo de perguntas elaboradas seguindo a metodologia proposta, além da coleta de dados das plataformas da FCC (Fundação Carlos Chagas) e da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) a partir das três descritores associadas à pesquisa, seguindo como referência das pesquisadoras e pesquisadores da geração histórica de estudos feministas: *gênero, deficiência e geração*. As informações foram indexadas e colaboraram para a percepção e urgência da transversalidade envolvida na temática.

O primeiro capítulo trata da trajetória de vida de Angela e se aprofunda sobre a perspectiva da trajetória de vida dela, enquanto o segundo capítulo busca abordar as perspectivas de família, acessibilidade e a transversalidade em torno da vida de Angela. O desenvolvimento do texto busca aproximar as temáticas e elaborar sobre ausência e presença na vida de uma mulher atravessada por uma multitude de outras categorias de análise que são tão comuns e ao mesmo tempo tratadas como individuais. Em um contexto brasileiro, a deficiência não pode ser vista enquanto diagnóstico e uma parte significativa da população é deficiente. Vivemos em um pós-pandemia que adoeceu os brasileiros, com uma sociedade que questiona os direitos garantidos por pessoas diversas em uma crise climática que adoece indivíduos. É possível afirmar que a busca é o fio condutor do texto, da escolha da entrevistada e o ponto de integração entre as histórias dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória biográfica de Angela se faz necessária na vida de uma mulher que atravessa os conceitos da pesquisa de maneira profunda. Criança que abandonou um contexto familiar rural para um contexto de metrópole, trabalhou desde cedo pela subsistência, constituiu família, teve pouco apoio e poucos meios de acesso à educação, foi diagnosticada depois dos 30 anos de idade com uma doença que compromete sua visão a médio e longo prazo.

Sua história de vida atravessa espirais que propõem à Angela pensar sua individualidade e as diferentes facetas de sua existência, mesmo como uma pessoa com uma série de ausências de direitos e de situações propícias para construção de autonomia frente às barreiras de acessibilidade que encontrou ao longo de sua vida.

É possível levantar questões como o porquê existe uma prevalência em pesquisas voltadas ao conceito biomédico de deficiência em áreas de conhecimento; mesmo com uma geração renovada dedicada à estudos sobre deficiência

As escolhas na vida de Angela não tornam a vida de Angela o que ela é hoje, mas possibilitam a manutenção ou alteração de um estar e vivenciar no mundo e cabe a ela construir em si a vontade de projetar um futuro onde consiga realizar seus objetivos futuros em sua vida. Neste mesmo sentido, a escolha do tema também parte da abertura do entrevistador para essas possibilidades durante os momentos de escrita, e que possibilitam perceber-se frágil e ao mesmo tempo encontrar forças para valorizar o depoimento da entrevistada.

Angela depôs sua vida

Ao longo do processo de escrita e coleta de informações, foi possível perceber interseccionalidades a partir do levantamento de dados empíricos, fazendo de depoimentos e entrevistas mecanismos de pesquisa acadêmica com o aprofundamento teórico necessário, além do potencial de compreensão de contextos que constroem a trajetória de vida de Angela.

Após o processo de escrita e finalização do texto, foi possível encontrar novas possibilidades de coleta de depoimentos em espaços educativos de pessoas com deficiência, encontrando e reforçando interseccionalidades a partir de diferentes perspectivas e diferentes contextos.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. 1906-1975. *A condição humana*; tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer - 10 ed. - Rio de Janeiro; Forense Universitária, 2007
- BARNES, Colin; BARTON, Len; OLIVER, Mike. 2002. *Disability studies today*. Cambridge: Polity Press.
- BAUER, Martin; GASKELL, George: *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002
- BOHNSACK, Ralf. A interpretação de imagens e o método documentário. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 9, nº18, p.286-311, 2007a
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Brasília, 1961
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008. Brasília, 2008
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 6.494, de 25 de agosto de 2009. Brasília, 2009
- BRASIL. Presidência da República. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 2020.
- CLÍMACO, Júlia Campos. *Análise das construções possíveis de maternidades nos estudos feministas e da deficiência*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 28(1): e54235 DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28m154235, 2020
- DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, direitos humanos, justiça. *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*. 6(11), p. 64-77, 2009.
- ESCRIVÃO FILHO, Antonio; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos* –Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2016.
- FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- GAUDENZI, ORTEGA. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10):3061-3070, 2016.

GOMES, Adriana Leite Lima Verde. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual*. Adriana Leite Lima Verde Gomes, Jean-Robert Poulin, Rita Veira de Figueiredo. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial (Fortaleza): Universidade Federal do Ceará, 2010.

GUIMARÃES, Raquel. Deficiência e cuidado: por quê abordar gênero nessa relação? Brasília; Revista SER Social, v. 10, n. 22, p. 213-238, jan./jun. 2008

JESUS, Layne Silva de. *Trajetórias biográficas e educacionais de jovens cegos da Universidade de Brasília*. Layne Silva de Jesus; orientador Sinara Pollom Zardo. – Brasília, 2022. 140p.

MENDES, Enicéia Gonçalves. *Breve histórico da educação especial no Brasil*. Revista Educación y Pedagogía, vol 22. núm. 57, mayo-agosto, 2010.

MELLO, Anahi Guedes; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência - interseções e perspectivas. 2012. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012.

OCTACÍLIO, M. C. V. “Eu passei por isso e sei que dá certo”: Trajetória da mãe de um universitário surdocego para garantia do direito à educação. Brasília, Universidade de Brasília, 2021

Presidência da República. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Brasília, 2007. 48p

SANTANA, S. *Imagem e autoimagem da pessoa com deficiência na comunidade indígena: Um estudo da etnia Tupinambá em Olivença/Ilhéus-Bahia*. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 6, n. 3, p. 102–114, 2012. DOI:10.21723/riaee.v6i3.5005. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5005>. Acesso em: 5 nov. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SANTOS, Boaventura de Souza; CUNHA, Tereza (eds); SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de; ZARDO, Sinara Pollom. *Educação em Direitos Humanos e Interculturalidade: um debate*

contemporâneo. Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul Volume II. p. 287-309. 2015

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Fundamentos de defectologia*. In: _____. *Obras escogidas*. Madrid: Visor, 1997. t.5.

_____. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WELLER, ZARDO. *Entrevista Narrativa com especialistas: aportes metodológicos e exemplificação*. Revista FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 131-143, jul./dez. 2013.

WELLER, PFAFF (org.); SHÜTZE, Fritz. *Metodologias de pesquisa qualitativa em Educação*/ Wivian Weller, Nicole Pfaff, (organizadoras). 3. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, p. 210-222. 2013.

ZARDO, NASCIMENTO. *Juventude e deficiência: a educação como direito humano para jovens com deficiência visual*, Belo Horizonte/MG, v. 1, 2020.

ZARDO, Sinara Pollom. *DIREITO À EDUCAÇÃO: A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO E A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO*. Sinara Pollom Zardo; orientador Wivian Weller. – Brasília, 2012. 378p.